

## Faces do golpe

### **Reforma do ensino médio aprofundará abandono da educação pública**

29/09/2016 – O governo ilegítimo de Temer mais uma vez não resistiu à pressão popular e recuou, após a enorme repercussão nas ruas e redes sociais, e modificou a Medida Provisória (MP) da reforma do Ensino Médio. A proposta do Ministério da Educação (MEC), do golpista Mendonça Filho (DEM-PE), previa o fim da obrigatoriedade do ensino de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia nas grades curriculares do Ensino Médio. A nova versão, publicada no Diário Oficial na última sexta-feira, 23, mantém as disciplinas como obrigatórias e coloca o foco da reforma no formato modular, com a possibilidade do aluno optar por sua área de interesse.

A nota divulgada pelo Ministério da Educação diz ainda que é certo que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) irá manter todas as 13 disciplinas do Ensino Médio, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como obrigatórias.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), vinculada à CUT, também divulgou nota rejeitando integralmente o texto da MP, por

entender que ela se pauta na concepção privatista e reducionista de direitos, na direção oposta, portanto, da formação humanística e ampla que o Brasil precisa. Para a CNTE, é preciso lutar pelo respeito à condição gratuita, universal e de qualidade socialmente referenciada pretendida para o ensino médio nas escolas públicas. Desta maneira a entidade compreende, segundo o texto, que mantém ileso seu compromisso em defesa da categoria – também atacada no texto da MP 746 pela flexibilização da profissão do magistério –, bem como da educação democrática, laica e de qualidade social para todos e todas.

O Sintsef-BA, a CUT, Condsef e outras entidades progressistas que defendem o avanço dos direitos sociais, também são contrário ao projeto, que sequer foi discutido com a sociedade. Potencializar somente a formação técnica para quem estuda em escola pública equivale, na prática, a afastar o filhos do trabalhador das universidades e investir em mão de obra barata para atender às necessidades do mercado.

## **Luta contra o desmonte**

A CUT, Condsef e suas entidades filiadas realizam no próximo dia 05 de outubro um Dia Nacional de Luta Contra o Desmonte do Estado. O objetivo é impedir o avanço de medidas restritivas, em andamento no Congresso Nacional e com votação prevista para os próximos dias, que aprofundam o sucateamento do setor público e congelam salários e investimentos sociais por 20 anos, como é o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241. O Dieese divulgou esta semana uma simulação de como seriam os investimentos feitos pelo governo federal na saúde e educação, caso a PEC 241 estivesse em vigor desde 2002. Segundo o estudo, o governo federal teria investido 47% menos em educação do que investe atualmente, totalizando 377 bilhões de reais. Na saúde teríamos menos 26%, quase R\$ 300 bilhões a menos. O relatório da PEC está previsto para ser lido na terça-feira (4) na comissão especial da Câmara. Segundo o relator o texto, deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), a PEC pode ser votada em segundo turno depois do feriado de Nossa Senhora Aparecida (12/10), e será enviada ao Senado na última semana do mês.